



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E
PSICÓLOGO**

22 de maio de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Chico Buarque e a era da grosseria online

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da *ÉPOCA* sobre o
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
 - (B) compartilha da opinião dos agressores.
 - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
 - (D) se considera uma pessoa grosseira.
 - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
 - (B) estrangeiros.
 - (C) desbravadores.
 - (D) invasores.
 - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
 - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
 - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
 - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
 - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
 - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
 - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
 - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
 - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
 - (B) ao emprego do discurso direto.
 - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
 - (D) à introdução de uma citação.
 - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
 - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
 - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
 - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
 - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.
(B) mas.
(C) e.
(D) senão.
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.
(C) transferência, ascensão e redistribuição.
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
 - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
 - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
 - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
 - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
 - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
 - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
 - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
 - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
 - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
 - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
 - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
 - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
 - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
 - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
 - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
 - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
 - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
 - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
 - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
 - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
 - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Conforme afirmado por Medeiros (2002), “faz-se necessária a compreensão de que o Código [*de Ética Profissional do Psicólogo*] não traz, em seus cinquenta artigos, respostas precisas às questões éticas”. Deste modo, para lidar com dilemas éticos com que o psicólogo se depara em seu cotidiano de trabalho, este profissional precisa
- (A) nortear-se pelas próprias convicções políticas, filosóficas, morais e ideológicas para orientar a conduta a ser adotada pelo indivíduo atendido.
 - (B) analisar de forma reflexiva a situação, sendo norteadado por princípios gerais, como os que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - (C) recusar-se a prestar serviços em situações não previstas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, considerando que as regras de sua atuação profissional são delimitadas por este documento.
 - (D) considerar os valores morais da pessoa atendida como o parâmetro diretor da sua prática profissional.
 - (E) aprofundar a leitura do Código, considerando que toda conduta do psicólogo deve ser enquadrada no que é prescrito ao profissional.

- 22 No estudo de Piaget e Garcia (1983) intitulado *Psicogênese e História das Ciências*, os autores discutem como os modelos de aquisição do conhecimento podem permanecer constantes ao longo da história. Tendo por base a perspectiva piagetiana de aquisição do conhecimento, avalie as afirmações a seguir

- I A aquisição do conhecimento é um processo relativo à maturação do indivíduo, logo, atemporal e não afetado por aspectos sociais.
- II A sociedade muda o modo de apresentação de objetos, mas o processo de assimilação depende de mecanismos cognitivos típicos da espécie humana.
- III Mudanças tecnológicas não influem na aquisição do conhecimento, pois o organismo é o mesmo desde os primórdios da espécie.
- IV A aprendizagem é apenas um dos aspectos do desenvolvimento, de modo que o processo interno de equilíbrio requer mais do que a submissão do indivíduo ao objeto.
- V As formas biológicas de assimilação são hereditárias, mas constroem incessantemente novos esquemas a partir da interação com o meio.

Estão corretas as afirmações

- (A) I, II, III e IV.
 - (B) II, III, IV e V.
 - (C) I, III e V, somente.
 - (D) I, II e IV, somente.
 - (E) II, IV e V, somente.
- 23 De acordo com o Manual de Psicologia Escolar e Educacional desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia (2007), os focos de intervenção do psicólogo escolar e educacional seriam “a escola, os professores, os funcionários, a comunidade e os alunos”. Sobre a relação entre a instituição escolar e o psicólogo, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.
- I O psicólogo escolar deve realizar diagnóstico institucional, direcionado à otimização de trabalhos pedagógicos e sociais PORQUE
 - II É papel do psicólogo escolar colaborar em atividades organizacionais, apoiando iniciativas de qualidade de vida no trabalho.
- (A) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
 - (B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
 - (C) A asserção I é verdadeira, mas a II é uma proposição falsa.
 - (D) A asserção I é falsa, mas a II é verdadeira.
 - (E) As asserções I e II são falsas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 24 Em levantamento realizado em 2004, Bariani e colaboradores encontraram uma média anual de 2,2 publicações em periódicos científicos brasileiros no campo da psicologia escolar e educacional no ensino superior. Considera-se que este dado ilustra a baixa produtividade acadêmica da área, sobre a pesquisa em psicologia escolar e educacional no ensino superior, é correto afirmar que
- (A) profissionais que estão inseridos na prática deveriam contribuir com o aumento desta produção, favorecendo a problematização de temáticas que têm sido tradicionalmente negligenciadas e enriquecendo o conhecimento científico sobre a vivência do ensino superior.
 - (B) a baixa produtividade referente ao ensino superior reflete a maior demanda por estudos em outros níveis de ensino, considerando que o interesse científico da psicologia escolar e educacional deve ser direcionado à educação básica.
 - (C) em função da incompatibilidade entre a produção de conhecimento científico e o exercício profissional do psicólogo escolar, o aumento da produtividade depende diretamente do investimento de núcleos de pesquisa nesta temática.
 - (D) a psicologia escolar e educacional já possui uma produção científica sólida e consolidada sobre a educação básica, a qual tem sido efetivamente aplicada no ensino superior, resultando nesta baixa produtividade.
 - (E) o desenvolvimento de pesquisas é eticamente incompatível com o compromisso profissional do psicólogo inserido no campo da psicologia escolar e educacional, o que resulta em baixa produtividade acadêmica.
- 25 De acordo com Souza (2003), políticas públicas são o processo “através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”. Considerando a definição apresentada, avalie as afirmações a seguir no âmbito das políticas públicas educacionais.
- I Podem ser consideradas políticas públicas tanto as ações quanto as omissões da política governamental.
 - II Políticas Públicas Educacionais se referem a práticas relativas às esferas municipais, estaduais e federais do ensino público.
 - III Podem se materializar na forma de leis, decretos, diretrizes, programas e outras diferentes estratégias governamentais.
 - IV Possuem caráter permanente, configurando um modelo norteador da educação nacional.
 - V São influenciadas pelo contexto sócio-histórico nacional e internacional.

São corretas as afirmações

- (A) I, II, III e IV.
 - (B) II, III, IV e V.
 - (C) I, III e V, somente.
 - (D) I, II e IV, somente.
 - (E) II, IV e V, somente.
- 26 Em seu livro “Tecnologia do Ensino”, Skinner (1972) afirma que “a autoconfiança fica também em questão quando a educação é concebida de modo que o aluno seja capaz de usar o que aprendeu quando passe a se mover em ambientes não educacionais”. Com base nessa afirmação, e na perspectiva analítico-comportamental acerca do papel da educação, é correto afirmar que
- (A) a autoconfiança é irrelevante no processo educacional, pois, nesta perspectiva, ele é determinado por estímulos externos controlados pelo professor.
 - (B) a educação não deve ocorrer em ambientes educacionais, de modo que o indivíduo seja capaz de aprender como lidar com as demandas sociais reais.
 - (C) para o desenvolvimento da autoconfiança, o aluno deve ser recompensado com estímulos arbitrários (como bombons ou estrelas) sempre que emitir relatos verbais de valorização de si mesmo.
 - (D) a ênfase desta proposta educacional é no caráter utilitário do conteúdo aprendido na sociedade vigente, de modo a manter o *status quo*.
 - (E) a educação não pode se restringir aos ambientes educacionais, sendo naturalmente generalizada para outros contextos quando aquilo que é aprendido são habilidades pertinentes ao desenvolvimento individual.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

27 Apesar dos avanços na busca de uma educação voltada ao desenvolvimento integral do aluno na educação básica, Cunha e Carrilho (2005) apontam que no ensino superior ainda há uma ênfase restrita ao conteúdo acadêmico. Avalie as afirmações sobre as atribuições do psicólogo escolar no ensino superior.

- I Desenvolver programas de intervenção psicopedagógica que favoreçam a adaptação ao ensino superior e a vida adulta como um todo.
- II Favorecer o desenvolvimento de habilidades acadêmicas pertinentes ao processo de aprendizagem, por meio de ações de caráter individualizado e coletivo.
- III Prestar atendimento individualizado de caráter psicoterápico para o desenvolvimento pessoal e o aumento do autoconhecimento.
- IV Contribuir com a construção de espaços democráticos institucionais que incentivem interações sociais e atuações políticas discentes.
- V Desenvolver programas de progressão funcional para a valorização de técnicos e docentes.

São corretas as afirmações

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III e V, somente.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

28 “Os professores universitários têm se colocado ao largo desse debate sobre a profissionalização da docência porque nem mesmo se reconhecem como professores no contexto das relações do trabalho (...), continuam a se identificar como profissionais dos seus campos específicos, como médicos, engenheiros, enfermeiros, contadores etc., mesmo quando a sua atividade principal é o ensino. Tal situação revela o desprestígio da docência e a ausência de conhecimentos profissionais para o seu exercício e concorre para a maior fragilização da sua condição como profissão” (Soares & Cunha, 2010).

O trecho acima aponta para uma particularidade da docência no ensino superior que precisa ser observada pelo psicólogo escolar e educacional. Deste modo, quanto à formação docente, o psicólogo escolar e educacional precisa

- (A) capacitar o corpo docente da instituição a partir de conhecimentos psicológicos e de estratégias didático-pedagógicas apropriadas ao ensino superior.
- (B) propor políticas institucionais de cargos e salários que valorizem a qualificação docente, estimulando a pós-graduação na área de formação profissional.
- (C) intervir individualmente ante casos de relações professor-aluno que sejam problemáticas.
- (D) ministrar palestras sobre temáticas da psicologia escolar, ampliando o conhecimento do corpo docente sobre processos psicológicos básicos e as principais teorias psicológicas.
- (E) contribuir para a construção de programas de formação continuada que favoreçam a aproximação docente com conteúdos relativos à sua práxis em sala de aula, tanto do ponto de vista técnico quanto relacional.

29 Em julho de 2015, foi aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146), documento legal que visa a promover a inclusão social e a cidadania de pessoas com deficiência. No que se refere a práticas educacionais inclusivas previstas pela legislação vigente, avalie as afirmações a seguir.

- I As instituições de ensino devem fornecer suportes pedagógicos complementares, com profissionais especializados, podendo, para tal, cobrar taxas adicionais.
- II Todas as atividades desenvolvidas pelas/nas instituições de ensino devem ser acessíveis a todos e quaisquer membros da comunidade escolar.
- III A pessoa com deficiência possui sua capacidade civil limitada, especialmente no que se refere ao exercício de direitos reprodutivos.
- IV A institucionalização do atendimento educacional especializado deve propiciar o acesso igualitário ao currículo e favorecer o desenvolvimento da autonomia individual.
- V Pessoas com deficiência podem ocupar as vagas garantidas pelas ações afirmativas, mas não são obrigadas à fruição de seus benefícios.

São corretas as afirmações

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III e V, somente.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 30 Em pesquisa divulgada pelo Ministério da Educação em 2015 (*Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?*), foi apresentada a tabela abaixo, sobre evasão escolar na perspectiva dos alunos:

TABELA 3.2.3 – Distribuição dos alunos, segundo modalidade de ensino, por motivos pelos quais pararam de estudar (seleção múltipla dos que pararam) (%)

Motivos pelos quais parou de estudar	EJA	EM	PJU	Total
Para trabalhar	35,5%	21,4%	26,0%	28,0%
Por questões de família	17,0%	23,8%	18,8%	20,6%
Por motivo de gravidez	13,8%	8,3%	26,5%	11,1%
Não gostava de estudar	7,3%	7,1%	8,5%	7,2%
Problemas de saúde	4,4%	8,8%	3,5%	6,7%
Problemas na escola	4,2%	6,2%	2,7%	5,2%
Escola chata/desinteressante	2,8%	5,9%	2,2%	4,4%
Violências na escola	2,2%	2,7%	1,9%	2,5%
Outro	12,8%	15,8%	9,9%	14,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Abramovay, Waiselfisz e Castro, Pesquisa Jovens de 15 a 29 anos - FLACSO e MEC, 2013.

Tendo por base esta realidade e o papel do psicólogo escolar neste cenário, é correto afirmar que

- (A) a complexidade do problema da evasão escolar requer a efetiva parceria entre escola, família e comunidade para construir um contexto favorável à permanência.
- (B) a predominância da busca por emprego como motivo demonstra que a evasão é um problema socioeconômico que requer mudanças que extrapolam os limites da escola, de modo que foge do escopo da atuação do psicólogo escolar.
- (C) a família deve ser encarada como principal fonte de dificuldades ante à permanência na escola, devendo ser o alvo das ações do psicólogo escolar.
- (D) a desmotivação estudantil ante à frequência ao ambiente escolar reflete a desqualificação docente, devendo ser enfrentada pelo investimento na formação de professores.
- (E) a evasão escolar decorre de dificuldades pessoais, como o próprio desinteresse na educação, de modo que precisa ser combatida de forma individualizada.
- 31 O Conselho Federal de Psicologia (2007), no Manual de Psicologia Escolar e Educacional, elenca como um dos focos de intervenção do psicólogo escolar e educacional a colaboração em atividades organizacionais. Considerando esta linha de atuação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.
- I O psicólogo escolar deve participar em processos de seleção de profissionais e intervenção situacional na mediação de conflitos PORQUE
- II A escola é um espaço de atuação onde as práticas escolar e organizacional coincidem, ao abrangerem o mesmo conjunto de atores.
- (A) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (C) A asserção I é verdadeira, mas a II é falsa.
- (D) A asserção I é falsa, mas a II é verdadeira.
- (E) As asserções I e II são falsas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

32 No processo de acompanhamento da aluna Leila, a psicóloga escolar convidou os seus pais para uma reunião. Como a reunião ocorreria no horário de trabalho de Carlos, pai de Leila, a psicóloga precisou emitir um documento que comprovasse a sua presença àquela reunião, mas sem incluir informações referentes ao caso, pois este documento seria entregue ao empregador de Carlos (I). Após um período de avaliação, em que foi utilizado instrumental técnico apropriado, a psicóloga emitiu um segundo documento, no qual especificou os procedimentos adotados, o diagnóstico obtido e orientou o projeto terapêutico subsequente (II). Face a esse resultado da avaliação, Carlos solicitou que a psicóloga emitisse um terceiro documento, para ser apresentado à administração escolar, de modo a solicitar o afastamento de Leila de algumas atividades específicas para as quais não se encontrava apta no momento (III).

De acordo com o Manual de Elaboração de Documentos Escritos Produzidos pelo Psicólogo, decorrente de avaliação psicológica, descrito na Resolução CFP Nº 007/2003, a sequência correta de emissão de documentos na situação acima é

- (A) I - Relatório psicológico; II - Atestado psicológico; III - Declaração.
- (B) I - Declaração; II - Relatório psicológico; III - Atestado psicológico.
- (C) I - Atestado psicológico; II - Parecer psicológico; III - Laudo psicológico.
- (D) I - Parecer psicológico; II - Declaração; III - Atestado psicológico.
- (E) I - Declaração; II - Parecer psicológico; III - Laudo psicológico.

33 As pesquisas produzidas por Maria Helena Souza Patto têm assumido um importante papel no cenário nacional, ao denunciar os mecanismos de produção do fracasso escolar. Ainda assim, em levantamento do estado da arte (Angelucci, Kalmus, Paparelli & Patto, 2004), verificou-se que “uma das vertentes da pesquisa recente parte do princípio de que o fracasso escolar se deve a prejuízos da capacidade intelectual dos alunos, decorrentes de ‘problemas emocionais’”. Considerando o pensamento crítico acerca das implicações desta vertente, encontrada pelas autoras, avalie as afirmações a seguir:

- I Há uma relação direta entre desempenho escolar e saúde mental, de modo que intervenções de caráter emocional podem ser uma importante estratégia de enfrentamento do fracasso escolar.
- II A culpabilização da criança pelo fracasso escolar não é mais decorrente de argumentos socioeconômicos e classistas, mas perdura a partir de uma perspectiva patologizante.
- III A intervenção psicopedagógica, no contexto clínico, é a ferramenta central para o enfrentamento do fracasso escolar enquanto um fenômeno contemporâneo.
- IV O modelo clínico de compreensão e enfrentamento do fracasso escolar persiste na pesquisa educacional, refletindo uma limitação da contextualização política e social do fenômeno.
- V Problemas emocionais são interpretados como causa do fracasso escolar, ignorando a possível compreensão de que o desempenho escolar seja parte dos fatores que geram os problemas emocionais identificados.

São corretas as afirmações

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III e V, somente.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

34 Ante situações em que são identificados problemas de aprendizagem, é esperado que o psicólogo escolar envolva-se no processo de avaliação psicopedagógica do aluno em questão. A tendência atual para a condução deste processo tem sido de o profissional

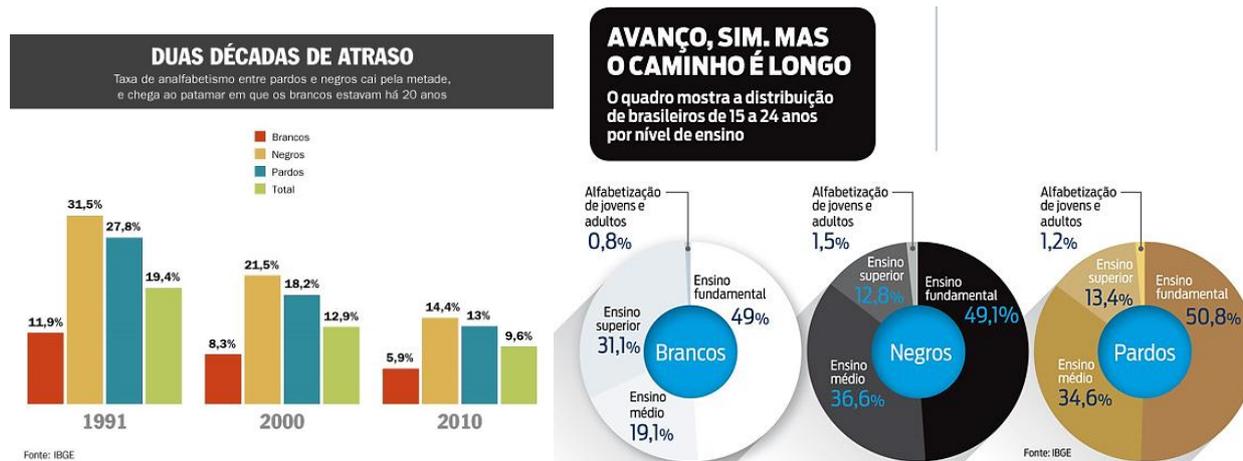
- (A) concentrar-se no desempenho acadêmico, atentando às avaliações em classe e aos relatos docentes.
- (B) considerar aspectos relacionais e atitudinais, a partir de avaliações psicométricas da personalidade.
- (C) Identificar potencialidades do aluno, de modo a instrumentalizar docentes, familiares e outros profissionais a atuar de forma que propicie o desenvolvimento.
- (D) encaminhar o aluno para profissionais externos, de modo a obter um diagnóstico preciso e a devida intervenção medicamentosa.
- (E) aplicar instrumentos de medida do desenvolvimento cognitivo de modo a emitir diagnóstico psicológico que defina as limitações inerentes ao aprendizado do aluno.

- 35 Uma série de estudos tem demonstrado a relação entre habilidades sociais e educação. Esta relação pode ser percebida em diversos aspectos. Sobre este assunto avalie as afirmativas a seguir.
- I Pais que possuem habilidades sociais no contexto interacional com seus filhos, favorecem o desempenho social e acadêmico destes no contexto escolar.
 - II Professores socialmente habilidosos tendem a obter melhores resultados no que se refere ao comprometimento e ao desempenho da turma.
 - III O psicólogo escolar pode contribuir com o desenvolvimento de habilidades sociais dos membros da comunidade escolar, favorecendo a convivência destes.
 - IV Alunos socialmente habilidosos se beneficiam com o estabelecimento de relações mais saudáveis com os pares e com uma participação mais ativa na sala de aula.
 - V O desenvolvimento de habilidades sociais é fruto das interações familiares, cabendo ao psicólogo escolar identificar déficits e orientar a família quanto a como estimulá-lo.

São corretas as afirmações

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, IV e V.

- 36 Ações afirmativas têm sido implementadas no sistema educacional brasileiro, visando a diminuir a discrepância social, étnica e racial existente. Observe as figuras a seguir, que apresentam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística quanto à distribuição nos níveis educacionais e a evolução do analfabetismo de acordo com a raça:



Fontes: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ibge-mostra-a-persistencia-de-dois-brasis> e Revista *Isto É*, Edição 2264.

Tendo em vista o cenário atual, sobre o papel do psicólogo escolar no processo de implantação de ações afirmativas, pode-se dizer que

- (A) a diminuição da disparidade educacional entre brancos, negros e pardos indica o sucesso das políticas afirmativas, de modo que não há demandas específicas da psicologia escolar neste campo.
- (B) enquanto a disparidade educacional entre brancos, negros e pardos não for superada nos níveis iniciais de ensino, como a alfabetização, quaisquer políticas de ação afirmativa nos demais níveis serão inócuas.
- (C) o psicólogo escolar deve oferecer suporte psicopedagógico direcionado a negros e pardos, em função de suas maiores dificuldades de aprendizagem que dificultam o avanço nos níveis educacionais.
- (D) o psicólogo escolar deve contribuir com as políticas afirmativas, acompanhando aqueles por elas beneficiados e favorecendo a construção de uma cultura inclusiva e respeitosa no espaço educacional.
- (E) a resistência à implementação de políticas afirmativas deve ser enfrentada pelo psicólogo escolar por meio de sanções direcionadas a professores e alunos que demonstrem descontentamento com as práticas adotadas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

37 O Plano Nacional de Educação 2014-2024 estabelece vinte metas para a educação nacional. Entre elas, há a meta 19, que prevê “garantia de condições para a efetivação da gestão democrática da educação”. Tendo em vista esta meta e a atuação do psicólogo escolar no que se refere às políticas públicas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I A concretização da gestão democrática da educação não é responsabilidade do psicólogo escolar, mas este profissional deve atuar mobilizando e conscientizando agentes educacionais dentro da escola e no cenário político geral de modo a contribuir com esse processo PORQUE
- II A participação do psicólogo escolar de forma institucional tem sido uma tendência crescente, mas ainda é limitada pela tradição clínica desta atuação e pelo desconhecimento que os demais profissionais da educação possuem acerca dos benefícios que a psicologia tem a oferecer.

- (A) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (C) A asserção I é verdadeira, mas a II é falsa.
- (D) A asserção I é falsa, mas a II é verdadeira.
- (E) As asserções I e II são falsas.

38 A perspectiva sócio-histórica do desenvolvimento se destaca pela ênfase no papel das interações sociais, o que tem influenciado fortemente a educação. Tendo por base as proposições de Lev Vygotsky, relacione adequadamente as colunas.

- | | | | |
|-----|----------------------------------|-----|--|
| I | Desenvolvimento potencial | () | A diferença entre o que o aprendiz é capaz de fazer individualmente e aquilo que é capaz de fazer com a ajuda de pessoas mais experimentadas. |
| II | Artefatos Culturais | () | Ferramentas, práticas e produtos culturais assimilados como parte do ambiente social. |
| III | Desenvolvimento real | () | Conhecimento consolidado, isto é, capacidades dominadas que podem ser realizadas pela criança sozinha. |
| IV | Zona de desenvolvimento proximal | () | Ferramentas simbólicas culturalmente construídas e partilhadas que medeiam a intersecção entre indivíduos e entre estes e seu desenvolvimento. |
| V | Signos | () | Capacidade de aprender, dadas as condições adequadas para tal. |

A sequência correta é

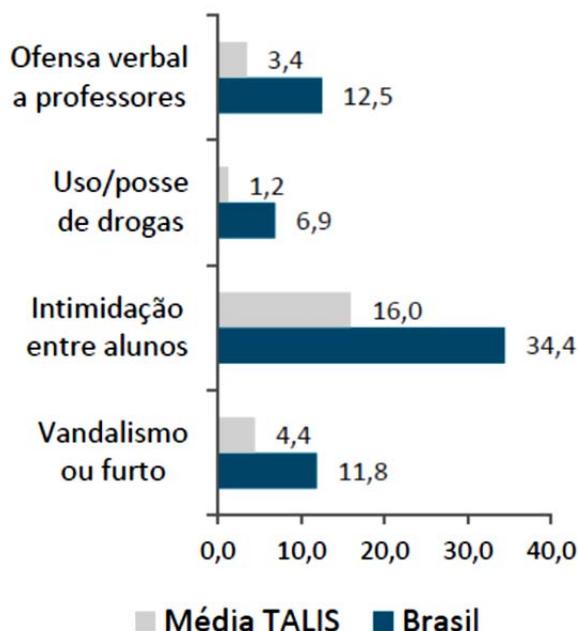
- (A) IV, II, III, V, I.
- (B) IV, III, I, II, V.
- (C) I, V, III, II, IV.
- (D) III, II, V, IV, I.
- (E) V, IV, II, III, I.

39 Erik Erikson (1902-1994), em sua Teoria do Desenvolvimento de Duração de Vida, descreve oito estágios do desenvolvimento humano, sendo cada um destes marcado por uma crise e uma virtude. Sobre o quinto estágio, compreendido entre 10 e 20 anos de idade e conhecido como “Identidade versus Confusão de Identidade” é correto afirmar que

- (A) para evitar a confusão de identidade, é importante que o adolescente se mantenha próximo dos valores e práticas familiares, mantendo assim uma identidade saudável.
- (B) a exploração de diferentes papéis e o envolvimento ideológico em grupos de pares favorece a construção de uma identidade própria do indivíduo e, assim, o estabelecimento de objetivos futuros.
- (C) esta é uma fase crucial para o desenvolvimento do preconceito, o qual consiste em uma projeção da própria identidade sobre terceiros quando esta é estabelecida de forma consistente.
- (D) o confronto ante novos papéis sociais é comum nessa fase, de modo que tende a ser encarado pelo indivíduo como algo natural e enfrentado com tranquilidade em função do aumento da complexidade das capacidades cognitivas individuais.
- (E) mudanças corporais exercem uma pressão sobre a formação da identidade, de modo que este processo identitário é concomitante com a vivência da puberdade.

- 40 Em 2014, o INEP publicou um relatório sobre a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, realizada em âmbito mundial pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico durante os anos de 2012 e 2013. Dentre os dados apresentados, comparando a média dos países pesquisados (Média Talis) e a média nacional, encontram-se os dados expostos no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Percentual de professores em escolas cujos diretores observam as seguintes ocorrências toda semana



Fonte: TALIS 2013

Tendo em vista esta contextualização e a problemática da violência nas escolas, julgue as afirmativas a seguir.

- I O índice de vandalismo ou furto é mais elevado no Brasil do que a média internacional, devido ao nível socioeconômico dos alunos, já que grupos sociais menos favorecidos tendem a se engajar mais neste tipo de comportamento desviante.
- II A violência desempenhada pelo aluno na escola pode se configurar de diversas formas, sendo direcionada à instituição em si, aos professores e técnicos ou aos demais alunos e devendo ser enfrentada de forma sistêmica.
- III A intimidação entre alunos elevada é natural, pois é uma característica típica do desenvolvimento de crianças e adolescentes, quando há a necessidade de filiação a grupos de pares e há a hierarquização social.
- IV A violência na escola produz consequências imediatas no desempenho escolar e efeitos a longo prazo no desenvolvimento psicoemocional dos envolvidos, sejam estes atores, alvos ou testemunhas.
- V A ofensa verbal aos professores é reflexo de múltiplos fatores, como a desvalorização do trabalho docente e a violência social extramuros da escola, a qual favorece a adoção, pelos alunos, de práticas agressivas no enfrentamento de frustrações.

São corretas as afirmativas

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III e V, somente.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

- 41 A noção de autoconceito de Bandura é definida por Neves e Faria (2009) como “a percepção ou representação que o sujeito tem sobre si próprio”. Observando a charge do ilustrador Cícero Lopes, e considerando a noção de Bandura, é correto afirmar que



- (A) o autoconceito é formado internamente, de modo que a postura docente tem pouca interferência sobre como um aluno se perceberá.
- (B) o autoconceito é independente da autoeficácia, de modo que no contexto escolar o enfoque sobre o autoconceito deve ser secundário.
- (C) a conduta docente é o fator determinante para o desenvolvimento do autoconceito, de modo que o engajamento docente deriva desta percepção que o aluno tem de si mesmo.
- (D) o autoconceito é uma construção pessoal, mas que deriva das relações sociais, de modo que é importante atentar para os impactos emocionais da conduta docente sobre a percepção que o aluno forma de si mesmo.
- (E) o autoconceito é fundamental para o desenvolvimento psicossocial do aluno, contudo não se relaciona diretamente ao desempenho acadêmico por não conter em si um componente cognitivo.
- 42 De acordo com Oliveira (2009), a intervenção psicopedagógica deve promover a superação de barreiras à aprendizagem e à participação de cada aluno, potencializando a capacidade de ensinar dos professores e de aprender dos alunos. Considerando esta perspectiva, analise as afirmativas a seguir
- I A intervenção psicopedagógica deve envolver o psicólogo escolar, mas não se restringe a ele, pois implica a participação ativa dos demais agentes educacionais.
- II O atendimento individualizado para o desenvolvimento de habilidades pode ser uma importante vertente da intervenção psicopedagógica, devendo ser aliado ao desenvolvimento geral do aluno.
- III O psicólogo escolar deve encaminhar o aluno para a intervenção psicopedagógica ser desenvolvida no contexto clínico, privilegiando as demandas individuais relativas ao aprender.
- IV A intervenção psicopedagógica deve problematizar as práticas de ensino também, favorecendo a diversidade de estratégias didático-pedagógicas e a individualização da prática docente.
- V Problemas de aprendizagem não devem ser imputados ao aluno em um processo de patologização, de modo que a intervenção psicopedagógica não deve ser direcionada ao aluno em si, mas apenas ao contexto escolar.

São corretas as afirmativas

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III e V, somente.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

43 De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência deve ser feita de forma biopsicossocial, sendo realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Considerando os aspectos a serem observados nesta avaliação, avalie os itens a seguir.

- I Limitação no desempenho de atividades.
- II Capacidade intelectual.
- III Fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- IV Impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.
- V Restrição de participação.

São corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

44 Ao discutir a importância da afetividade na relação professor-aluno após a infância, Almeida (1999) defende a necessidade de esta afetividade ser expressa de maneira diferente, sendo preciso “ultrapassar os limites do afeto epidérmico, exercendo uma ação mais cognitiva no nível, por exemplo, da linguagem”. A partir desta reflexão, é correto afirmar que

- (A) o professor deve permanecer adotando práticas afetivas ao longo do ensino fundamental, enquanto o autoconceito está em formação, passando a focar aspectos mais formais nos níveis seguintes do ensino.
- (B) a afetividade é relevante para todos os níveis de ensino, sendo que o contato físico tende a ser substituído por outras formas de expressão, como frases de validação e incentivos ao engajamento estudantil.
- (C) a afetividade é muito importante para a relação professor-aluno, contudo, traz poucas implicações para a aprendizagem em si, tornando-se cada vez menos necessária ao longo do percurso acadêmico.
- (D) um professor é afetivo em suas relações com os alunos de acordo com suas capacidades pessoais, de modo que este é um aspecto que foge ao escopo da atuação do psicólogo escolar.
- (E) em níveis mais elevados de ensino, a afetividade na relação professor-aluno deve ser combatida pelo psicólogo escolar, como forma de prevenção de práticas prejudiciais, como o assédio sexual.

45 Maria Helena Souza Patto (1990) publicou uma obra que se tornou clássica no âmbito da discussão do fracasso escolar. Segundo a autora, “na produção deste fracasso estão envolvidos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre sua clientela mais pobre”. Considerando esta afirmação, e atuação do psicólogo ante a questão do fracasso escolar, é correto afirmar que

- (A) o psicólogo deve receber as queixas dos professores referentes a alunos com dificuldades de aprendizagem, de modo a poder desenvolver planos individuais de atendimento e de enfrentamento do fracasso escolar.
- (B) o psicólogo deve atuar de forma preventiva, contribuindo com a implantação de processos de avaliações objetivas de desempenho e de desenvolvimento cognitivo de modo a subsidiar processos decisórios de encaminhamento e/ou intervenção.
- (C) o preconceito e os estereótipos acerca de alunos oriundos de camadas populares devem ser combatidos pelos psicólogos escolares, contudo não estão relacionados com o fracasso escolar em si, que decorre de aspectos estruturais do sistema educacional.
- (D) o fracasso escolar deve ser compreendido de forma abrangente, enquanto fracasso do sistema de ensino como um todo, de modo que se torna uma problemática que está além da prática profissional do psicólogo e deve ser enfrentada no âmbito da política nacional.
- (E) a complexidade do fracasso escolar, enquanto produção do sistema, implica um enfrentamento multidisciplinar em que o psicólogo deve contribuir para a convergência de mudanças culturais, práticas inclusivas, formação docente e intervenções com o alunado.